

A PERMANÊNCIA DO NOVO ATIVISMO CONSERVADOR NO CAMPO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Máximo Augusto Campos Masson, UFRJ, PPGEduc/UFRRJ, maxmasson@ufrj.br

Olívia Chaves de Oliveira, UNIASSELVI, UFRRJ, olivia.ufrj@gmail.com

André Lemos de Souza, UFRRJ, andredrelemos@gmail.com

Everton Werneck de Almeida, UFRRJ, evertonwerneck@gmail.com

Resumo

O trabalho discute a persistência de efeitos sobre práticas escolares da emergência do “novo ativismo conservador”, cuja legitimidade no Brasil foi afirmada no curso do governo Bolsonaro (2019-2022, Partido Liberal), e por governantes estaduais e municipais de igual espectro político.

Atentamos para a continuidade de atos restritivos sobre a gestão da escola e do trabalho de docentes por força de ações no campo do poder e no campo educacional, em particular, manifestações de governadores e prefeitos, que após a decisão oficial do governo Lula (2023), de extinguir o “Programa Nacional das Escolas Cívico-militares” permaneceram favoráveis a iniciativas de igual teor.

As observações a seguir sobre o “novo ativismo conservador” e suas relações com escolas se constituem em extrato de pesquisa referente ao trabalho docente em face do conservadorismo de matiz fascista no Brasil, além de compor uma linha de discussões do Grupo de Pesquisa Habitus e Práticas.

As características do novo ideário reacionário, inerentes ao extinto programa federal e ressaltadas por governos locais conservadores, apesar de várias semelhanças, o diferenciaria de versões tradicionais do conservadorismo educacional ou de movimentos históricos de extrema direita como o fascismo em sua forma mais clássica, o que é ilustrado por elos com fundamentalismos religiosos.

Assim, o extremismo possui ineditismo que nos obriga a analisá-lo em nova chave teórica. Dessa forma, nossa análise, sem ecletismo teórico, se fundamenta em Bourdieu (1989; 2007, 2012; 2014), Gramsci (2000; 2000b), Poulantzas (1979) e Reich (1974).

De Bourdieu, adotamos suas análises sobre: a produção da opinião política, o campo político e o campo do poder (ao Estado), o campo educacional e a expansão da

escolarização nas sociedades contemporâneas particularmente quando nessas são adotadas políticas de neoliberais.

De Gramsci, incorporamos: a constituição de processos de hegemonia, o fascismo e a imposição da supremacia como projeto político da extrema-direita.

De Poulantzas, a análise das classes sociais no capitalismo contemporâneo, a crise do *welfare state* e a reemergência do fascismo no campo político. Enquanto Reich nos propicia a análise das relações entre normatização sexual, fascismo e educação.

Portanto, buscamos apreender o “novo ativismo conservador” como fenômeno que emerge das dificuldades de constituição de processos de hegemonia, em sociedades de elevada desigualdade social como a brasileira, atentando para efeitos da universalização da escolarização em tais sociedades, inclusive os de traços de regressismo político.

Assim, destacamos três características do “novo ativismo conservador” que incidem no espaço escolar e que se concretizariam no imaginado “modelo escolar cívico-militar”. São elas: a heterogeneidade dos modos de intervenção de elementos conservadores; a adesão de segmentos populares de menor o capital cultura legítimo e a normatização da sexualidade para suprimir a “desordem social”, eminente em áreas de “risco social”.

A realização de iniciativas de elevada heterogeneidade quanto a modos e espaços de intervenção de ativistas conservadores não necessariamente demandam vínculos organizativos, mas somente o compartilhar de princípios como o “estabelecimento da ordem”, o controle ideológico e disciplinar, particularmente sobre indivíduos oriundos das classes populares, propiciando o legitimar da “militarização das escolas”.

Os discursos desses ativistas, especial de dirigentes políticos e sua reprodução em redes sociais, sobrevaloriza a presença de riscos à ordem presentes no universo escolar, os quais decorreriam da disseminação de um “ideário antissocial” e “de esquerda”, a ser combatido por ações do poder executivo relacionadas à direção de escolas.

A instituição de escolas “cívico-militares” expressaria objetivo de impedir processos efetivos de democratização de escolas cujas clientelas são oriundas das classes populares, submetidas intensamente a exploração capitalista. Escolas “militarizadas” seriam um meio de disciplinar as novas gerações dessas classes - sempre vistas na tradição conservadora como “perigosas” - afastando-as do “crime”, da “imoralidade” e da “insurgência política”.

O apelo à “ordem” e à “disciplina” com o objetivo de assegurar “bom desempenho escolar”, contraponto ideológico de cooptação dos subalternos, pode se constituir em elemento político institucional produtor de formas de censura e constrangimentos a professores e estudantes que não se enquadrariam nas proposições conservadoras. O modelo “cívico-militar” das escolas, calcado na tradição da manutenção do poder hierárquico *tout court* tende a legitimar atos, por parte de estudantes, pais e mesmo professores, de censura ao trabalho de docentes pouco “disciplináveis”, como: críticas ao estudo de determinados conteúdos programáticos ou a enfoques adotados por professores, em especial daquelas disciplinas escolares mais atacadas pelo dogmatismo conservador (história, geografia, sociologia e filosofia ou mesmo ainda biologia e artes).

A alta adesão das classes populares (hoje clientela predominante nas escolas públicas), em especial em áreas urbanas metropolitanas, ao ideário conservador pode, ao menos hipoteticamente, ser potencializada por instituições de ensino onde a ordem se sobrepõe à compreensão crítica da realidade, em um processo de “naturalização da ordem social”. Na atualidade, os modos de agir dos socialmente subalternos tornados militantes conservadores se diferem de práticas advogadas por formas anteriores de conservadorismo – caso do tradicionalismo católico - em que a adesão ideológica aos dominantes se fazia pela “passividade” e consentimento irrefletido.

Ao contrário, o novo conservadorismo estimula a intervenção dos socialmente subalternos para o trabalho de reprodução acrítica dos “valores da ordem”, notadamente pela superação do que seriam as mazelas da sociedade, compreendidas como produtos históricos de desvios morais. Assim, da “corrupção” às “patologias morais” se propaga a construção de uma ordem idealizada, onde o Estado deve ser “mínimo”, em que cada estrato ou segmento social ocuparia posição diferenciada, conforme seus atributos naturais e imutáveis, e sem que indesejáveis conflitos sociais se exacerbassem. Como o conhecimento científico “desnaturaliza” a ordem social e abala o senso comum, uma escola tradicional com formas pedagógicas pautadas *in extremis* na autoridade convencional, termina por privilegiar este último, consagrando a reprodução das desigualdades sociais, inclusive quanto ao capital cultural socialmente legitimado.

Logo, se reafirmaria, a princípio, concepções sobre a universalidade e a-historicidade de determinados valores morais (em especial o da fé religiosa) e instituições (em especial a família em sua forma monogâmica e homoafetiva). Todo discurso que objetivasse

relativizar ou analisar sob ótica científica tais valores e instituições contribuiria para um “estado de insegurança e desordem social”, legitimando sua repressão, inclusive pela violência física.

De igual modo, a normatização da sexualidade vem a se constituir em elemento central na luta contra a “imoralidade” e o “esquerdismo”, se adequando a imagens presentes no *ethos* de instituições em que predomina uma disciplina “militar”.

O apelo à ordem moral “natural” possibilita a cooptação de segmentos das classes trabalhadoras e de extratos de frações da pequena burguesia, tornando esses agentes ativos defensores da ordem, em que se combinariam, não contraditoriamente, uma moral conservadora quanto aos costumes e uma lógica econômica ultraliberal, hoje intensamente propaganda nas redes sociais pelos autodenominados *coachs* e marcada pela ideologia do empreendedorismo. Este último, é dependente de disciplina pessoal, de caráter moral e sexual, algo possível de potencializado em uma escola “militarizada”.

O novo ativismo conservador ao apresentar respostas de senso comum, pautadas por um desejo de “ordem”, para questões que afligem importantes conjuntos de classes sociais, se confronta com formulações educacionais contrárias, a favor da democratização das sociedades. Nesse sentido, o campo educacional ganha dimensão estratégica quando a forma de dominação de classe assume traços proto-fascistas, em especial diante da universalização da escolarização, tornando os “modelos de escola” – e de sua gestão – novamente objeto de luta política.

Referências

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL; RJ: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. **A Distinção: Crítica Social do Julgamento**. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado. Cursos no Collège de France (1989-92)**. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. SP: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, P., WACQUANT, L. **Una invitación a la Sociología Reflexiva**. Tradução de Ariel Dillon. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

GRAMSCI, A. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. Caderno 12. In: **GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere vol. 01**.

COUTINHO, C. N., NOGUEIRA, M. A., HERIQUES, L. S. (org). Tradução de Carlos Nelson Coutinho. RJ: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, A. Breves notas sobre a política de Maquiavel. Caderno 13In: **GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere vol. 03.** COUTINHO, C. N., NOGUEIRA, M. A., HERIQUES, L. S. (org). Tradução de Carlos Nelson Coutinho. RJ: Civilização Brasileira, 2000.

POULANTZAS, N. **As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje.** Tradução de Antonio Roberto Neiva Blundi. RJ: Zahar, 1975.

POULANTZAS, N. **Fascismo y Dictadura.** México: Siglo XXI, 1977, 10ª Edición.

REICH, W. **A Psicologia de Massas do Fascismo.** Tradução de J. Silva Dias. Porto: Publicações Escorpião, 1974.